

Avaliação Institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo?

BERNARDETE A. GATTI

Departamento de Pesquisas Educacionais, Fundação Carlos Chagas e
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação,
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
gatti@fcc.org.br

Resumo

Este artigo discute, de modo crítico, o modelo amplamente utilizado na avaliação institucional como um *survey* que gera dados quantitativos, analisados em relação a padrões pré-estabelecidos. Ressalta, ainda, que os procedimentos, nessas avaliações institucionais, têm um caráter muitas vezes genérico, os quais limitam os objetivos da própria avaliação, por gerarem valores numéricos que nem sempre refletem a múltipla realidade das universidades. A partir de considerações metavaliativas, o trabalho procura colocar o problema em termos de uma ação que considera a universidade na sua totalidade sociocultural, educacional, ética e científica; dimensões que, no seu conjunto, muitas vezes são ignoradas. O artigo ressalta a necessidade de considerar a universidade na sua organicidade e, para atingir a essa finalidade, a sua avaliação deve considerar outros modelos, como os reflexivos-interpretativos e os reflexivos-participativos. Ao final, são feitas algumas colocações sobre a influência das dinâmicas sociais e dos contextos internos e externos em relação às universidades, que não são instituições endogênicas, e também é discutida a necessidade da formação de avaliadores especializados para essa área específica da avaliação institucional.

Palavras-chave: avaliação, avaliação institucional, modelos, metavaliação.

Resumen

Este artículo discute, de modo crítico, el modelo ampliamente utilizado en la evaluación institucional como un *survey* que engendra datos cuantitativos, analizados con relación a los modelos pré-estabelecidos. Resalta, aún, que los procedimientos, en esas evaluaciones institucionales, tienen un carácter muchas veces genérico, los cuales limitan los objetivos de la propia evaluación, por engendrar valores numéricos que no siempre reflejan la múltiple realidad de las universidades. A partir de consideraciones meta-evaluativas, el trabajo busca plantear el problema en términos de una acción que considera la universidad en su totalidad sociocultural, educacional, ética y científica; dimensiones que, en su conjunto, muchas veces son ignoradas. El artículo resalta la necesidad de considerar la universidad en su organización y, para conseguir esta finalidad, su evaluación debe considerar otros modelos, como los reflexivos-interpretativos y los reflexivos-participativos. Al final, son hechas algunas colocaciones sobre la influencia de las dinámicas sociales y de los contextos internos y externos con relación a las universidades, que no son instituciones endógenas, y también es discutida la necesidad de formar evaluadores especializados para esa área específica de la evaluación institucional.

Palabras-clave: evaluación, evaluación institucional, modelos, meta-evaluación.

Abstract

This article discusses critically the widely-used model in institutional evaluation as a survey that generates quantitative data which are analyzed in relation to pre-established patterns. It emphasizes that in those institutional evaluations the procedures are often of a generic character, which restricts the aims of the evaluation itself as the numbers produced do not always mirror the multiple reality of the universities. Through meta-evaluative considerations, this paper seeks to focus on the problem in terms of an action which considers university in its socio-cultural, educational, ethic and scientific entirety – dimensions which, as a whole, are usually ignored. It highlights the need to consider university in its organicity, and points out that to achieve this goal its evaluation must take into consideration other models, such as the reflexive-interpretative and the reflexive-participative models. The article concludes with some points about the influence of social dynamics as well as of internal and external contexts on universities, which are not endogenous institutions. It is also argued that there is a need to train specialized evaluators for this specific area of institutional evaluation.

Key words: assessment, institutional evaluation, models, meta-evaluation.

INTRODUÇÃO

As formas mais disseminadas de avaliação institucional de universidades constituem-se em levantamento de dados na modalidade *survey*, com um conjunto de questões sobre categorias consideradas importantes no desempenho de uma universidade (tomado seu conceito de um modo genérico). Os dados recebem um tratamento quantitativo para a construção de indicadores numéricos que passarão a ser tratados como o perfil da instituição e, em geral, discutidos em relação a padrões pré-definidos, seja internamente por um grupo institucional (o que é raro) ou externamente (no mais das vezes por órgãos governamentais), com base em algumas suposições, ou copiando critérios estrangeiros aplicados a outras realidades.

As finalidades dessa avaliação também são colocadas de modo amplo, havendo uma repetição de propósitos bem genéricos, comuns na maioria dos casos. Colocam-se de forma mais operacional alguns objetivos ou metas, os quais servirão de critério para as medidas.

Embora esses procedimentos sejam necessários em dadas condições, quando considerados produtores diretos e únicos de informação avaliativa, sem outras reflexões (por exemplo, em relação ao contexto, a valores sociais e culturais, a impactos de diferentes naturezas, às heterogeneidades sociais, às necessidades locais e regionais, etc.) , eles reduzem o escopo da avaliação ao que for passível de ser medido, deixando de lado outras características importantes da atuação de uma universidade, limitando a imagem da instituição a números nem sempre tão significativos como se quer fazer parecer. Isso está ligado a uma idéia de “eficiência” abstrata, um tanto despregada do próprio contexto intra-universidade e comunitário.

Há várias “comunidades” de referência que interagem com as universidades: a científica, a pedagógica (ligada aos processos formativos), a do trabalho, as entidades civis, etc., que não são consideradas neste tipo de avaliação. Além disso, esse processo de coleta se repete reiteradamente, sem maiores conseqüências, levando a uma saturação diante de tantas descrições que traduzem, muitas vezes, a mesmice que não permite reais avanços socioeducacionais e culturais.

OUTRO ENFOQUE

As discussões metavaliativas sobre a avaliação institucional indicam que essa modalidade de avaliação tem algumas peculiaridades importantes a serem consideradas, porque envolve questões não apenas técnico-

científicas ou de produtos, mas aspectos de gestão e relacionais, aspectos de inserção social e de vocação, uma vez que seu eixo é o estudo da *efetividade da ação institucional* como um todo.

Esse enfoque demanda, para processos avaliativos, partir de perspectivas sobre o significado da instituição universitária, considerada em um dado contexto, levando em conta que se encontre, em seus planejamentos/projetos de trabalho, ensino ou pesquisa, e na implementação destes, uma expectativa de valor, associada ao trabalho institucional desenvolvido.

Portanto, estando a instituição universitária no seio de uma comunidade mais ampla, e, ao mesmo tempo, a serviço dela, pensando e provendo mudanças societárias, tem seus fundamentos em uma *perspectiva sociocultural e ética, para além de seu papel científico*. É uma instituição de formação de gerações humanas em uma certa direção civilizatória, que comportaria uma perspectiva sobre o conhecimento – o que se constrói e o que se transmite – como meio para viver melhor num coletivo compartilhado. A avaliação institucional só ajuda em reais avanços socioeducacionais quando estas questões são consideradas em uma perspectiva que incorpore esses novos conceitos, conduzindo à escolha de meios e instrumentos avaliativos, que sejam utilizados de tal forma que possam levar à construção de visões mais integradas acerca de seu percurso histórico-institucional, em seus envolvimento concretos.

Nem sempre os envolvidos com avaliações institucionais têm clara consciência desses aspectos como elementos fundamentais constitutivos de modelos avaliativos. Fica-se no descritivo-operacional, não se considera o aspecto de uma instituição orgânica de bem público, voltada para ações de ensino, de estudos ou de intervenções, destinadas à construção, reconstrução, difusão e ampliação de conhecimentos cujos efeitos socioculturais sejam, de alguma forma, relevantes para a constituição de uma sociedade mais eqüitativa.

A maioria dos modelos avaliativos de instituições universitárias não levam em conta essas questões, porém, hodiernamente, elas vêm sendo colocadas como imprescindíveis para a compreensão do papel socioeducacional e científico das universidades.

MODALIDADES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na área de avaliação tem-se trabalhado, grosso modo, com quatro tipos de modelos:

1. os *descritivos* – quando se coletam, geralmente por meio de questionários, características das instituições, traçando-se o seu perfil, utilizando diferentes variáveis;
2. os *descritivos-analíticos* – em que se procura comparar ou cruzar variáveis ligadas aos processos internos e aos produtos;
3. os *reflexivos-interpretativos* – que, a partir de um fundamento descritivo e analítico, apresentam diferentes interpretações, traduzindo significados e relevâncias, com base em referentes sociocientífico e culturais, agregando, também, formas diversificadas de coleta de dados como entrevistas – individuais ou coletivas; observação; grupos focais; estudos de caso, etc., contemplando os variados nichos organizacionais;
4. os *reflexivos-participativos* – que se apóiam nas premissas e nos modos de coleta da avaliação participativa, que envolve, em situação de diálogo e reflexão contínuos, as formas e os processos de desenvolvimento das diversas atividades institucionais, os vários segmentos co-partícipes em diálogos reflexivo-interpretativos das representações e significados dessas ações, e de seu impacto percebido ou possível.

Nenhuma dessas modalidades exclui a outra. Elas se combinam e se complementam. Nas práticas institucionalizadas, os modelos mais praticados são os dois primeiros, mas são as duas últimas formas de trabalho avaliativo que mais se coadunam com as novas proposições de avaliação institucional. Essas modalidades (3 e 4), na perspectiva em que se colocam, incluem, de um lado, a reflexão sobre o cenário social mais amplo e o local em suas relações, e, de outro, as concepções sobre o papel da universidade nesse cenário, em um enfoque do que realmente é social e cientificamente significativo, para além da numerologia instituída. Isso demanda uma composição compreensiva interdisciplinar que envolve questões analisadas pela sociologia, antropologia cultural, psicologia social, economia política, entre outras.

A modalidade 4 – reflexiva-participativa – conforme assinala Subirats (1993, p. 256) se aproximaria do que vem se denominando *learning process* – processo de aprendizagem – o que implica manter “um perfil participativo e de incorporação de critérios plurais na consideração dos fatores a serem tomados em conta”. É um aprendizado coletivo, compartilhado, produzido em processos interativos e iterativos.

Considera-se que a avaliação participativa limita o risco de um processo avaliativo permanecer periférico, e permite aquilatar “o grau de legitimidade alcançado na instituição e na comunidade e o grau de adesão

ou resistência dos agentes que o movem produzindo esta ou aquela dinâmica” (Carvalho, 1999, p.93). Permite, ainda, apreender os resultados imediatos e mediatos em seus múltiplos efeitos, assim como os intervenientes, que podem surpreender os avaliadores e partícipes. Sobretudo, os processos de avaliação participativa constituem-se em aprendizagem social, e, por isso, essa modalidade avaliativa agrega valor às instituições, aos seus trabalhos, programas ou projetos. Nesse modelo se reconhece a existência de um pluralismo de valores e de interesses, instaurando-se não um interrogatório, mas um diálogo, uma troca de informações, concepções, interpretações e reações. Há um compartilhamento do controle e do uso dos achados, nos quais os conceitos básicos a considerar são: a negociação, a acessibilidade e o direito à informação. A avaliação participativa requer, na condução de seu processo, momentos de recuo crítico, uma reflexão menos apaixonada das práticas, com explicitação das contradições no nível das ações-reações.

CONTEXTOS INTERNO E EXTERNO

Ao se falar em avaliação institucional, é necessário pensar e levar em conta as dinâmicas e os contextos internos e externos às universidades. Em que cenário e em quais dinâmicas sociais a avaliação institucional de universidades se insere? Estamos vivendo em uma atmosfera de intenso debate quanto ao papel e às finalidades da universidade e a qualidade de suas propostas como instituição social, e num tempo em que se demandam respostas para uma grande variedade de desafios sociais, tecnológicos, políticos e ecológicos. As gerações que adentram às universidades continuamente portam modos de socialização diferenciados, e estes se inter-relacionam com seus cenários de convivência. As ciências se transmutam, os conhecimentos adquirem novas faces. As estruturas universitárias e seus currículos são questionados. De outro lado, opera uma inércia que tenta sustentar dadas condições. A tensão se coloca claramente. É de grande importância refletir sobre as opções de ação e a efetividade do instituído universitário, seja no plano do ensino, seja no da pesquisa ou de suas ações sociais e culturais. Porém, essa reflexão não pode ser descolada de todo o movimento acima assinalado e das tensões sociais derivadas. Este reconhecimento já chegou às universidades, mas ainda não se realiza de modo pleno. A institucionalização das reflexões avaliativas ainda não se acha realizada.

Há algumas questões concretas que precisam ser respondidas, quer para o desenvolvimento da universidade como um todo, quer quando se

pensa em ponderar sobre sua efetividade no social. Os processos avaliativos, realizados com ciência e consciência, podem contribuir para novas possibilidades. É possível repensar a partir de questões como: Em um momento de aceleradas mudanças, qual é o propósito e a natureza dos estudos e das ações universitárias, em razão da estrutura universitária existente e das condições sociais em que vivemos? Que valor esperamos que esse trabalho tenha? Que importância ele tem, realmente, para as pessoas e para a sociedade? Como a universidade pode responder à heterogeneidade das condições socioculturais? Etc.

Em processos avaliativos institucionais, respostas a essas questões devem ser buscadas junto a diversificados grupos de interesse e com diferentes referenciais, ou seja, a busca de respostas demanda um rompimento com a endogenia – apenas a universidade falando de si mesma, para si mesma – e um rompimento com certas hegemonias – grupos específicos falando por todos os grupos.

A posição acima colocada gera desafios à universidade, não pequenos, e as suas atividades – que adentram o *socius* de diferentes modos – são chamadas a mostrar sua efetividade, que precisa ser qualificada, não apenas em termos numéricos, mas em termos de significado, de impacto, porque no âmbito de suas diferentes ações reside a rica possibilidade de a universidade propiciar formação de diferentes tipos, desenvolver a conscientização de direitos e responsabilidades, compartilhar bens sociais valiosos, como, por exemplo: visões de saúde, problemas do *habitat* humano e seus cuidados, questões de educação, etc., contribuindo com pesquisa, informação, cultura, entendimentos, formação de níveis interpretativos, etc.

As idéias aqui expostas sinalizam que não é trivial a condução de uma avaliação institucional, e, assim, ela demanda boa preparação dos avaliadores, que, para além do domínio das técnicas básicas da investigação avaliativa, precisam deter certo domínio sobre as condições de construção dinâmica de processos socioculturais, científicos e pedagógicos, com os múltiplos fatores que os interseccionam. Aos avaliadores se pede, atualmente, modos de atuar menos “burocráticos”, para abrirem-se às posturas dialógicas; a sistemas de trocas e construção de consensos; à lida democrática com o dissenso; à busca de compreensões quanto aos processos desencadeados, a partir de aportes significativos de vários campos disciplinares, da estatística à antropologia cultural. O desafio na construção dessa nova forma de constituição de processos avaliativos é grande, mas sinaliza um horizonte bem diferente para seus frutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (org.). *Avaliação de Políticas Sociais*. 2. ed. São Paulo: IEE-PUCSP, 1999, p. 29-40.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. (org.). *Avaliação de Políticas Sociais*. 2. ed. São Paulo: IEE-PUCSP, 1999. p. 87-94.

FIGUEIREDO, Marcos F.; FIGUEIREDO, Argelina M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. *Textos IDESP*, n.15, São Paulo, 1986.

GATTI, Bernardete A. Avaliação da extensão universitária: da institucionalização às suas práticas. *Revista Brasileira da Extensão Universitária*, v.2, n.2, p.13-30, jul./dez. 2004. [Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras]

SUBIRATS, Joan. *Evaluación de políticas de intervención social: un enfoque pluralista*. In: INTERCAMBIO SOCIAL Y DESARROLLO DEL BIENESTAR. CSIC, Madrid, 1993.

Recebido em: abril 2006

Aprovado para publicação em: abril 2006